

Sobre o materialismo dialéctico e o materialismo histórico¹

I.V. Stáline

1938

O materialismo dialéctico é a concepção do mundo do partido marxista-leninista. Chama-se materialismo dialéctico porque a sua concepção, o seu método de estudo e de conhecimento dos fenómenos da natureza é *dialéctico*, e a sua interpretação, o seu conceito, a sua teoria dos fenómenos da natureza é *materialista*.

O materialismo histórico é a aplicação das teses do materialismo dialéctico ao estudo da vida da sociedade e dos seus fenómenos, ao estudo da sociedade e da sua história.

Ao caracterizarem seu método dialéctico, Marx e Engels referem com frequência Hegel como o filósofo que formulou as linhas fundamentais da dialéctica. Porém isto não significa que a dialéctica de Marx e Engels seja idêntica à dialéctica hegeliana. Na realidade, Marx e Engels apenas aproveitaram da dialéctica de Hegel o seu «*elemento racional*», rejeitando a casca idealista hegeliana e desenvolvendo subseqüentemente a dialéctica para lhe conferirem a forma científica actual.

«O meu método dialéctico é, pela base, não apenas diverso do de Hegel mas o seu directo oposto. Para Hegel, o processo do pensamento — que ele transforma mesmo num sujeito autónomo sob o nome de Ideia — é o demiurgo do real, que forma apenas o seu fenómeno exterior. Para mim, inversamente, o ideal [das Ideelle] não é senão o material transposto e traduzido na cabeça do homem.»²

Ao caracterizarem o seu materialismo, Marx e Engels referem-se com frequência

¹ Este ensaio de I. V. Stáline foi publicado no *Pravda*, de 12 de Setembro de 1938, e incluído no IV capítulo da *História do Partido Comunista da URSS (bolchevique)*, obra publicada em www.hist-socialismo.net, que também está disponível em edição impressa. (N. Ed.)

² Karl Marx, «Posfácio à Segunda Edição Alemã (1872) do Primeiro Volume de *O Capital*», 1873, Marx e Engels, *Obras Escolhidas* em três tomos, Edições «Avante!» — Progresso, Lisboa — Moscovo, 1982, t. II, p. 102. (N. Ed.)

a Feuerbach como o filósofo que restaurou os direitos do materialismo. Porém isto não significa que o materialismo de Marx e Engels seja idêntico ao materialismo de Feuerbach. Na realidade, Marx e Engels apenas aproveitaram do materialismo de Feuerbach o seu «*elemento fundamental*», desenvolvendo-o subsequentemente numa teoria científico-filosófica do materialismo e rejeitando os seus sedimentos idealistas e ético-religiosos. Sabe-se que Feuerbach, que era no fundamental um materialista, se insurgiu contra a designação de materialismo. Engels declarou mais do uma vez que Feuerbach «*permaneceu, apesar da “base” [materialista], preso nos laços idealistas tradicionais*»,³ e que «*o efectivo idealismo de Feuerbach vem à luz do dia logo que chegamos à sua filosofia da religião e ética.*»⁴

A palavra dialéctica vem do grego *dialektikê*, que significa conversar ou polemizar. Na antiguidade dialéctica significava a arte de alcançar a verdade mediante a identificação das contradições no raciocínio do oponente e a superação dessas contradições. Alguns filósofos da antiguidade consideravam que a revelação das contradições do pensamento e o confronto de opiniões opostas constituía o melhor meio para descobrir a verdade. Este método dialéctico de pensamento, que mais tarde foi aplicado aos fenómenos da natureza, transformou-se no método dialéctico de conhecimento da natureza, o qual considera que os fenómenos da natureza estão em perpétuo movimento e mudança, e que o desenvolvimento da natureza é o resultado do desenvolvimento das contradições nela existentes, o resultado da acção recíproca das forças opostas na natureza.

Na sua base a dialéctica é o directo oposto da metafísica.

1. O método dialéctico marxista caracteriza-se pelos seguintes traços principais:

a) Contrariamente à metafísica, a dialéctica concebe a natureza não como uma acumulação accidental de objectos e fenómenos, desligados e isolados uns dos outros e não dependentes entre si, mas como um todo interligado e uno, onde os objectos e os fenómenos se encontram organicamente ligados, dependem uns dos outros e condicionam-se uns aos outros.

Por isso o método dialéctico considera que nenhum fenómeno da natureza pode ser compreendido se tomado isoladamente, desligado dos fenómenos circundantes, uma vez que qualquer fenómeno, em qualquer domínio da natureza, pode converter-se num absurdo se for considerado fora das condições que o rodeiam, desligado delas. Inversamente qualquer fenómeno pode ser compreendido e justificado se for considerado na sua ligação indissolúvel com os fenómenos circundantes, na sua condicionalidade dos fenómenos circundantes.

b) Contrariamente à metafísica, a dialéctica não concebe a natureza como um estado de quietude e imobilidade, de estagnação e imutabilidade, mas como um estado de um permanente movimento e mudança, de incessante renovação e desenvolvimento, onde há sempre algo que surge e se desenvolve e algo que se destrói

³ Friedrich Engels, *Ludwig Feuerbach e o Fim da Filosofia Alemã Clássica*, Marx e Engels, *Obras Escolhidas* em três tomos, ed. cit., t. III, p. 394. (N. Ed.)

⁴ Idem, *ibidem*, p. 396. (N. Ed.)

e se extingue.

Por isso o método dialético exige que os fenômenos sejam considerados não só do ponto de vista do seu relacionamento e condicionamento recíprocos, mas também do ponto de vista do seu movimento, das suas mudanças e do seu desenvolvimento, do ponto de vista do seu surgimento e da sua extinção.

Para o método dialético é importante acima de tudo não o que em dado momento parece estável, apesar de já ter começado a desvanecer-se, mas o que surge e se desenvolve, mesmo que em dado momento pareça instável, uma vez que, para ele, só o que surge e se desenvolve é inelutável.

«Toda a natureza», afirma Engels, «desde as suas partículas mais minúsculas até aos seus corpos mais gigantescos, do grão de areia aos sóis, do protozoário⁵ ao homem, está num eterno surgir e perecimento, num fluxo ininterrupto, em incessante movimento e mudança.»⁶

Por isso, diz Engels, a dialética *«compreende as coisas e os seus reflexos concretuais essencialmente na sua conexão, na sua concatenação, no seu movimento, no seu surgir e perecer»*.⁷

c) Contrariamente à metafísica, a dialética considera o processo de desenvolvimento dos fenômenos, não como um simples processo de crescimento, no qual as mudanças quantitativas não conduzem a mudanças qualitativas, mas como um desenvolvimento que passa das mudanças quantitativas insignificantes e ocultas às mudanças manifestas e radicais, às mudanças qualitativas, e no qual as mudanças qualitativas não se produzem gradualmente, mas rápida e subitamente, por saltos de um para outro estado, não se produzem fortuitamente, mas regularmente em resultado da acumulação de uma série de mudanças quantitativas imperceptíveis e graduais.

Por isso o método dialético entende que o processo de desenvolvimento deve ser entendido não como um movimento circular, não como uma simples repetição do passado, mas como um movimento progressivo, um movimento ascendente, como a passagem do estado qualitativo antigo para um estado qualitativo novo, como um desenvolvimento do simples para o complexo, do inferior para o superior.

«A Natureza» – afirma Engels – «é a prova da dialética, e temos de dizer da ciência moderna da Natureza que ela forneceu para esta prova um material extremamente rico e que cresce de dia para dia, e que deste modo provou que na Natureza, em última instância, as coisas se processam dialética e não metafisicamente, que ela não se move na monotonia eterna de um ciclo permanentemente repetido, que passa, antes, por uma história real. Aqui há que mencionar Darwin antes de

⁵ Célula viva primigénia. (Nota da edição soviética)

⁶ Friedrich Engels, *A Dialética da Natureza*, K. Marx e F. Engels *Obras* (em russo), Moscovo, 1961, t. 20, p. 354. (N. Ed.)

⁷ Friedrich Engels, *Do Socialismo Utópico Ao Socialismo Científico*, Marx e Engels, *Obras Escolhidas* em três tomos, ed. cit., t. III, p. 145. (N. Ed.)

qualquer outro, que vibrou na concepção metafísica da Natureza o golpe mais poderoso com a sua demonstração de que toda a Natureza orgânica de hoje, plantas e animais e com eles também o homem, é o produto de um processo de desenvolvimento continuado ao longo de milhões de anos.»⁸

Caracterizando o desenvolvimento dialético como a transição das mudanças quantitativas às mudanças qualitativas, Engels afirma:

«Em física (...) qualquer modificação é uma conversão da quantidade em qualidade, uma consequência da alteração quantitativa da quantidade de movimento inerente ao corpo ou transmitida ao corpo, qualquer que seja a forma. Assim, por exemplo, o grau de temperatura da água é inicialmente indiferente relativamente à sua liquidez; mas se aumentarmos ou diminuirmos a temperatura da água líquida, chega-se a um ponto em que este estado de coesão se modifica e a água se transforma, num caso, em vapor, e no outro, em gelo. (...) Assim, é necessário uma intensidade mínima de corrente para levar à incandescência o fio de platina; assim, cada metal tem a sua temperatura de incandescência e de fusão, cada líquido, o seu ponto de congelação e o seu ponto de ebulição, fixos para uma determinada pressão – na medida em que os meios de que dispomos nos permitam produzir a temperatura necessária; assim, por fim, cada gás tem também o seu ponto crítico, no qual a pressão e o arrefecimento o tornam líquido. Numa palavra, as chamadas constantes da física⁹ não são na sua maioria outra coisa que a designação de pontos nodais, em que uma adição ou uma subtração quantitativas de movimento provocam no estado do corpo em questão uma modificação qualitativa, em que, por consequência, quantidade se transforma em qualidade.»¹⁰

Passando mais adiante à química, Engels prossegue:

«Podemos definir a química como a ciência das mudanças qualitativas dos corpos que se produzem na sequência de uma composição quantitativa modificada. Isto, o próprio Hegel já o sabia (...) Tomemos o oxigénio: se em vez de dois átomos habituais se unirem três átomos para formar uma molécula, temos o ozono, corpo que pelo seu odor e seus efeitos se distingue de um modo muito definido do oxigénio normal. E que dizer das proporções diferentes nas quais o oxigénio se combina com o azoto ou com o enxofre, e de que cada uma produz um corpo qualitativamente diferente de todos os outros.»¹¹

Por último, criticando Dühring, que apesar de invectivar Hegel se apropria

⁸ Idem, ibidem, p. 145. (N. Ed.)

⁹ Ponto de transição de um para o outro estado. (Nota da edição soviética)

¹⁰ Friedrich Engels, *A Dialética da Natureza*, op. cit., p. 387. (N. Ed.)

¹¹ Idem, ibidem, p. 387. (N. Ed.)

subrepticamente da sua conhecida tese segundo a qual a passagem do reino da insensibilidade para o reino das sensações, do mundo inorgânico para o mundo da vida orgânica, constitui um salto para um novo estado, Engels observa:

*«É, em absoluto, a linha nodal hegeliana de relações de medida, em que uma adição ou uma subtração puramente quantitativas produzem, em determinados pontos, um salto qualitativo, como é, por exemplo, o caso da água que se aquece ou esfria, em que o ponto de ebulição e o ponto de congelação são os nós em que, à pressão normal, se produz uma mudança brusca para um novo estado de agregação, em que, por consequência, quantidade se transforma em qualidade».*¹²

d) Contrariamente à metafísica, a dialéctica parte do facto de que os objectos e os fenómenos da natureza encerram contradições internas, dado que todos têm o seu lado positivo e o seu lado negativo, o seu passado e o seu futuro, a sua caducidade e o seu desenvolvimento; de que a luta de opostos, a luta entre o velho e o novo, entre o que perece e o que nasce, entre o que caduca e o que se desenvolve, constitui o conteúdo interno do processo de desenvolvimento, da transformação das alterações quantitativas em qualitativas.

Por isso o método dialéctico considera que o processo de desenvolvimento do inferior ao superior decorre, não por via da evolução harmoniosa dos fenómenos, mas sim através da revelação das contradições inerentes aos objectos e aos fenómenos, por via da «luta» entre as tendências opostas que agem na base destas contradições.

«No sentido próprio» – afirma Lênine – *«a dialéctica é o estudo da contradição na própria essência dos objectos».*¹³

E mais adiante:

*«Desenvolvimento é "luta" dos opostos.»*¹⁴

São estes resumidamente os traços fundamentais do método dialéctico marxista.

Não é difícil compreender a enorme importância da generalização dos princípios do método dialéctico ao estudo da vida social, ao estudo da história da sociedade, a enorme importância da sua aplicação à história da sociedade e à acção prática do partido do proletariado.

¹² Friedrich Engels, *Anti-Dühring*, Marx e Engels, *Obras* (em russo), Moscovo, 1961, t. 20, p. 44. (N. Ed.)

¹³ «Conspecto do livro de Hegel *Lições Sobre a História da Filosofia*», V.I. Lênine, *Obras Escolhidas* em seis tomos, Edições «Avante!» – Progresso, Lisboa – Moscovo, 1989, t. VI, p. 220. (N. Ed.)

¹⁴ «*Sobre a questão da dialéctica*», V.I. Lênine, *Obras Escolhidas* em seis tomos, ed. cit., t. VI, p. 299. (N. Ed.)

Se não existem fenómenos isolados no mundo, se todos os fenómenos estão ligados entre si e se condicionam mutuamente, torna-se claro que qualquer regime social e qualquer movimento social na história deve ser avaliado não do ponto de vista da «*justiça eterna*» ou de qualquer outra ideia preconcebida, como fazem muitas vezes os historiadores, mas do ponto de vista das condições que geraram esse regime e esse movimento social e às quais estão ligados.

O regime esclavagista é, nas condições actuais, um disparate absurdo e anti-natural. Porém, nas condições do regime comunitário primitivo em decomposição, o regime esclavagista é um fenómeno perfeitamente compreensível e natural, já que significa um passo em frente em comparação com o regime comunitário primitivo.

A exigência da instauração da república democrático-burguesa nas condições do tsarismo e da sociedade burguesa, por exemplo na Rússia de 1905, foi uma reivindicação perfeitamente compreensível, correcta e revolucionária, uma vez que a república burguesa significava então um passo em frente. Mas a exigência da república democrático-burguesa nas presentes condições seria absurda e contra-revolucionária, uma vez que a república burguesa, em comparação com a república soviética, significa um passo atrás.

Tudo depende das condições, do lugar e do tempo.

É evidente que sem esta concepção *histórica* dos fenómenos sociais a existência e o desenvolvimento da ciência histórica são impossíveis, uma vez que só uma tal concepção impede a ciência histórica de se transformar num caos de acontecimentos fortuitos e num amontoado de erros ridículos.

Prossigamos. Se o mundo está em incessante movimento e desenvolvimento, se a lei deste desenvolvimento é a agonia do que é velho e o crescimento do que é novo, então é claro que não há regimes sociais «*inabaláveis*», «*princípios eternos*» da propriedade privada e da exploração ou «*ideias eternas*» de submissão dos camponeses aos latifundiários e dos operários aos capitalistas.

Isto significa que o regime capitalista pode ser substituído pelo regime socialista, tal como o regime capitalista substituiu no seu tempo o regime feudal.

Isto significa que devemos orientarmo-nos, não para aquelas camadas da sociedade que esgotaram o seu potencial de desenvolvimento, muito embora representem no momento actual a força dominante, mas para as camadas sociais que se desenvolvem e têm futuro, apesar de não representarem no momento actual a força dominante.

Na década de 80 do século XIX, na época da luta dos marxistas contra os populistas, o proletariado da Rússia representava uma minoria ínfima em comparação com os camponeses individuais que constituíam a imensa maioria da população. Porém o proletariado estava a desenvolver-se como classe, enquanto o campesinato se desagregava como classe. E foi precisamente porque estava a desenvolver-se como classe que os marxistas se orientaram para o proletariado. E não se enganaram, já que, como se sabe, o proletariado, que era uma força pouco importante, tornou-se depois numa força histórica e política de primeira ordem.

Isto significa que para não se errar em política é preciso olhar para a frente e não para trás.

Prossigamos. Se a passagem das mudanças quantitativas lentas às mudanças qualitativas rápidas e bruscas constitui uma lei do desenvolvimento, então é claro que as transformações revolucionárias realizadas pelas classes oprimidas constituem um fenómeno absolutamente natural e inevitável.

Isto significa que a passagem do capitalismo ao socialismo, e a emancipação da classe operária do jugo capitalista, pode realizar-se, não por via de mudanças lentas, não por via de reformas, mas unicamente por via da transformação qualitativa do regime capitalista, por via da revolução.

Isto significa que para não se errar em política é preciso ser revolucionário e não reformista.

Prossigamos. Se o desenvolvimento se efectua por via da revelação das contradições internas, por via da confrontação de forças opostas que estão na base destas contradições com vista à sua superação, então é claro que a luta de classes do proletariado constitui um fenómeno perfeitamente natural e inevitável.

Isto significa que não se deve dissimular as contradições do regime capitalista, mas sim revelá-las e expô-las, não se deve abafar a luta de classes, mas sim levá-la até ao fim.

Isto significa que para não se errar em política é preciso seguir uma política proletária de classe intransigente, e não uma política reformista de harmonia de interesses entre o proletariado e a burguesia, e não uma política conciliadora de «*integração*» do capitalismo no socialismo.

Eis pois no que consiste o método dialéctico marxista aplicado à vida social e à história da sociedade.

No que respeita ao materialismo filosófico marxista, ele é na sua base o directo oposto do idealismo filosófico.

2. *O materialismo filosófico marxista* caracteriza-se pelos seguintes traços fundamentais:

a) Contrariamente ao idealismo que considera o mundo como a encarnação da «*ideia absoluta*», do «*espírito universal*», da «*consciência*» o materialismo filosófico de Marx parte do princípio de que o mundo é, pela sua natureza, *material*, que os multifacetados fenómenos do mundo constituem diversos tipos da matéria em movimento, que a conexão e o condicionamento recíproco dos fenómenos, estabelecido pelo método dialéctico, constituem leis do desenvolvimento da matéria em movimento, que o mundo se desenvolve segundo as leis do movimento da matéria e não necessita de nenhum «*espírito universal*».

«*A concepção materialista*» – assinala Engels – «*significa simplesmente a compreensão da natureza tal como ela se apresenta, sem quaisquer adjunções estranhas*». ¹⁵

Referindo-se à visão materialista do filósofo da antiguidade Heraclito, segundo o qual «*o mundo, o mesmo para todos, nenhum dos deuses nem dos homens o fez, mas ele foi, é e será fogo sempre vivo, acendendo-se com medida e apagando-se*

¹⁵ Friedrich Engels, *A Dialéctica da Natureza*, op. cit., p. 513. (N. Ed.)

com medida» –, Lênine observa: «*Uma exposição muito boa dos princípios do materialismo dialéctico*».¹⁶

b) Contrariamente ao idealismo que afirma que só a nossa consciência existe realmente, que o mundo material, o ser, a natureza existem unicamente na nossa consciência, nas nossas sensações, representações, conceitos, o materialismo filosófico marxista parte do princípio de que a matéria, a natureza, o ser são uma realidade objectiva que existe fora e independentemente da consciência, que a matéria é primária, uma vez que ela é a fonte das sensações, das representações, enquanto a consciência é secundária, derivada, uma vez que ela é o reflexo da matéria, o reflexo do ser, que o pensamento é um produto da matéria, quando esta atinge no seu desenvolvimento um alto grau de perfeição, mais concretamente é um produto do cérebro e o cérebro é o órgão do pensamento, que por isso não se pode separar o pensamento da matéria, sob pena de se cair num erro grosseiro.

*«A questão da relação do pensar com o ser do espírito com a natureza» – afirma Engels – é «a questão suprema da filosofia no seu conjunto (...) Conforme esta questão era respondida desta ou daquela maneira, os filósofos cindiam-se em dois grandes campos. Aqueles que afirmavam a originalidade do espírito face à Natureza (...) formavam o campo do idealismo. Os outros, que viam a Natureza como o originário, pertencem às diversas escolas do materialismo».*¹⁷

E mais adiante:

*«O mundo material, sensivelmente perceptível, a que nós próprios pertencemos, é o único real e de que a nossa consciência e pensar, por muito supra-sensíveis que pareçam, são produto de um órgão material, corpóreo, do cérebro. A matéria não é um produto do espírito, mas o espírito é ele próprio apenas o produto supremo da matéria.»*¹⁸

Quanto à questão da matéria e do pensamento, Engels declara:

*«É impossível separar o pensamento da matéria que pensa. Esta matéria é o substrato de todas as mudanças».*¹⁹

¹⁶ «Conspecto do livro de Lassalle *A Filosofia de Heraclito, O Obscuro, de Éfeso*», V.I. Lênine, *Obras Escolhidas* em seis tomos, ed. cit., t. VI, p. 293. (N. Ed.)

¹⁷ Friedrich Engels, *Ludwig Feurbach e o Fim da Filosofia Alemã Clássica*, Marx e Engels, *Obras Escolhidas* em três tomos, ed. cit., t. III, p. 388. (N. Ed.)

¹⁸ Idem, ibidem, p. 391. (N. Ed.)

¹⁹ Friedrich Engels, *Do Socialismo Utópico ao Socialismo Científico*, introdução especial para a edição inglesa de 1892, op. cit., pág. 109. (N. Ed.)

Caracterizando o materialismo filosófico marxista, Lênine afirma:

«O materialismo em geral reconhece o ser objectivamente real (a matéria), independente da consciência, da sensação, da experiência (...) A consciência (...) é apenas um reflexo do ser, no melhor dos casos um seu reflexo aproximadamente fiel (adequado, idealmente preciso).»²⁰

E mais noutro passo:

– *«A matéria é o que, agindo sobre os nossos órgãos dos sentidos, produz a sensação; a matéria é uma realidade objectiva que nos é dada na sensação».*²¹ (...) *«A matéria, a natureza, o ser, o físico são o primário, enquanto o espírito, a consciência, a sensação, o psíquico são o secundário.»*²²

– *«O quadro do mundo é um quadro de como a matéria se move e de como “a matéria pensa”.»*²³

– *«O cérebro é “o órgão do pensamento”».*²⁴

c) Contrariamente ao idealismo que contesta a possibilidade de conhecer o mundo e as suas leis, não acredita na fidedignidade dos nossos conhecimentos, não reconhece a verdade objectiva e considera que o mundo está repleto de «coisas em si» que a ciência nunca poderá conhecer, o materialismo filosófico marxista parte do princípio de que o mundo e as suas leis são inteiramente cognoscíveis, que o nosso conhecimento das leis da natureza, verificado pela experiência, pela prática, é fidedigno e tem o valor de verdade objectiva, que não há no mundo coisas incognoscíveis, mas simplesmente coisas ainda não conhecidas que serão descobertas e conhecidas através dos meios da ciência e da prática.

Criticando a tese de Kant e de outros idealistas segundo a qual o mundo e as «coisas em si» são incognoscíveis, Engels defende a conhecida tese do marxismo que afirma a autenticidade dos nossos conhecimentos. A este propósito escreve:

«A mais percuciente refutação desta, como de todas as outras tintas filosóficas, é a prática, nomeadamente, a experimentação e a indústria. Quando nós podemos demonstrar a correcção da nossa concepção de um processo natural, fazendo-o nós a ele próprio, produzindo-o a partir das suas condições, fazendo-o, acima de tudo, tornar-se utilizável para objectivos nossos, põe-se fim à inapreensível “coisa em si” de Kant. As matérias químicas produzidas em corpos vegetais e animais permaneceram tais “coisas em si” até a química orgânica as ter começado a preparar uma após outra; com isso, a “coisa em si” tornou-se

²⁰ V.I. Lênine, *Materialismo e Empirio criticismo, Notas Críticas sobre uma Filosofia Reaccionária*, Avante – Progresso, Lisboa – Moscovo, 1982, p. 247. (N. Ed.)

²¹ Idem, pág. 110. (N. Ed.)

²² Idem, p. 111. (N. Ed.)

²³ Idem, p. 110. (N. Ed.)

²⁴ Idem, pág. 115. (N. Ed.)

uma coisa para nós, como, por exemplo, a matéria corante da ruiva-dos-tintureiros, a alizarina, que já não fazemos crescer nos campos nas raízes de ruiva-dos-tintureiros, mas tiramos muito mais barato e mais simplesmente do alcatrão de hulha. O sistema solar copernicano foi durante 300 anos uma hipótese, em que se podia apostar cem, mil, dez mil, contra um, mas, no entanto, sempre uma hipótese; mas, quando Leverrier, a partir dos dados fornecidos por este sistema, calculou não só a necessidade da existência de um planeta desconhecido, como também o lugar em que esse planeta tinha de estar no céu, e quando Galle encontrou realmente, então, esse planeta, nessa altura, o sistema copernicano foi provado.»²⁵

Acusando de fideísmo Bogdánov, Bazárov, Iuchekévitch e outros partidários de Mach, Lénine defende a conhecida tese do materialismo que afirma que os nossos conhecimentos científicos das leis da natureza são fidedignos e que as leis da ciência constituem verdades objectivas. A este propósito escreve:

«O fideísmo contemporâneo não rejeita de forma nenhuma a ciência; rejeita apenas as “pretensões excessivas” da ciência, a saber, a pretensão à verdade objectiva. Se existe uma verdade objectiva (como pensam os materialistas), se as ciências da natureza, reflectindo o mundo exterior na “experiência” humana, são as únicas capazes de nos dar a verdade objectiva, qualquer fideísmo é absolutamente refutado.»²⁶

Tais são resumidamente os traços característicos do materialismo filosófico marxista.

É fácil perceber a enorme importância da generalização dos princípios do materialismo filosófico ao estudo da vida social, da história da sociedade, a enorme importância que tem a sua aplicação à história da sociedade e à acção prática do partido do proletariado.

Se a conexão dos fenómenos naturais e o seu condicionamento recíproco são leis do desenvolvimento da natureza, então a conexão e o condicionamento recíproco dos fenómenos da vida social são também, não uma causalidade, mas leis do desenvolvimento da sociedade.

Isto significa que a vida social, a história da sociedade, deixa de ser uma acumulação de «casualidades», já que passa a ser o desenvolvimento natural da sociedade, e o estudo da história da sociedade transforma-se em ciência.

Isto significa que a acção prática do partido do proletariado deve basear-se não em desejos louváveis de «personalidades eminentes», não nas exigências da «razão», da «moral universal», etc., mas nas leis do desenvolvimento da sociedade, no estudo destas leis.

²⁵ Friedrich Engels, *Ludwig Feuerbach e o Fim da Filosofia Alemã Clássica*, op. cit., pp. 389-390. (N. Ed.)

²⁶ V.I. Lénine, *Materialismo e Empirio-criticismo*, op. cit., p. 94. (N. Ed.)

Prossigamos. Se o mundo é cognoscível e o nosso conhecimento das leis do desenvolvimento da natureza é fidedigno e tem o valor de verdade objectiva, então a vida social, o desenvolvimento da sociedade é igualmente cognoscível e os dados da ciência sobre as leis do desenvolvimento da sociedade são fidedignos e têm o valor de verdades objectivas.

Isto significa que a ciência que estuda a história da sociedade, não obstante toda a complexidade dos fenómenos da vida social, pode tornar-se numa ciência tão exacta como por exemplo a biologia, capaz de utilizar as leis do desenvolvimento da sociedade na aplicação prática.

Isto significa que o partido do proletariado, na sua acção prática, deve guiar-se, não por quaisquer razões fortuitas, mas pelas leis do desenvolvimento da sociedade e conclusões práticas que delas decorrem.

Isto significa que o socialismo deixa de ser um sonho sobre um futuro melhor da humanidade e se transforma em ciência.

Isto significa que a ligação da ciência e da acção prática, da teoria e da prática, a sua unidade, deve tornar-se a estrela polar do partido do proletariado.

Prossigamos. Se a natureza, o ser, o mundo material, é primária, enquanto a consciência, o pensamento, é secundária, derivada, se o mundo material constitui uma realidade objectiva, existindo independentemente da consciência das pessoas, enquanto a consciência é um reflexo desta realidade objectiva, então a vida material da sociedade, o seu ser, é igualmente primária e a sua vida espiritual é secundária, derivada; a vida material da sociedade é uma realidade objectiva, existindo independentemente da vontade das pessoas, enquanto a vida espiritual da sociedade é o reflexo desta realidade objectiva, o reflexo do ser.

Isto significa que é preciso procurar a fonte da vida espiritual da sociedade, da origem das ideias sociais, das teorias sociais, das opiniões políticas, das instituições políticas, não nas próprias ideias, teorias, opiniões e instituições políticas, mas nas condições de vida material da sociedade, no ser social, do qual estas ideias, teorias, concepções, etc., são o reflexo.

Isto significa que, se nos diferentes períodos da história da sociedade observamos diferentes ideias e teorias sociais, diferentes opiniões e instituições políticas, se encontramos no regime escravagista certas ideias e teorias sociais, certas opiniões e instituições políticas, enquanto no feudalismo encontramos outras, e no capitalismo, outras ainda, tal se explica então não pela «natureza» nem pela «peculiaridade» das próprias ideias, teorias, opiniões e instituições políticas, mas pelas condições diversas da vida material da sociedade nos diferentes períodos do desenvolvimento social.

Tal a existência da sociedade, tais suas condições materiais de vida, tais as suas ideias, as suas teorias, as suas opiniões políticas, as suas instituições políticas.

A este propósito Marx escreveu:

«Não é a consciência dos homens que determina o seu ser, mas, inversamente, o seu ser social que determina a sua consciência.»²⁷

²⁷ Karl Marx, *Para a Crítica da Economia Política, prefácio*, Marx e Engels, *Obras Escolhidas* em três tomos, ed. cit., t. I, p. 531. (N. Ed.)

Isto significa que para não errar em política e não cair em sonhos vãos, o partido do proletariado deve basear a sua acção, não em «*princípios*» abstractos da «*razão humana*», mas nas condições concretas da vida material da sociedade, força decisiva do desenvolvimento social, não em desejos louváveis das «*grandes figuras*», mas nas necessidades reais do desenvolvimento da vida material da sociedade.

A decadência dos utopistas, incluindo os populistas, os anarquistas e os socialistas-revolucionários, explica-se, entre outras razões, pelo facto de que não reconheciam o papel primordial das condições de vida material da sociedade no seu desenvolvimento e, caindo no idealismo, construíam a sua acção prática, não na base das necessidades do desenvolvimento da vida material da sociedade, mas, independentemente e a despeito delas, na base de «*planos ideais*» e «*projectos universais*» desligados da vida real da sociedade.

A força e a vitalidade do marxismo-leninismo residem precisamente no facto de na sua actividade prática se apoiar precisamente nas necessidades do desenvolvimento da vida material da sociedade, sem nunca se desligar da vida real da sociedade.

No entanto, não decorre das palavras de Marx que as ideias e as teorias sociais, as opiniões e as instituições políticas não têm importância na vida da sociedade, que elas não exercem, por sua vez, uma influência sobre o ser social, sobre o desenvolvimento das condições materiais de vida da sociedade. Até agora apenas nos referimos à *origem* das ideias e teorias sociais, das opiniões e instituições políticas, ao seu aparecimento, ao facto de que a vida espiritual da sociedade é o reflexo das condições da sua vida material. No que respeita à *importância* das ideias e teorias sociais e das opiniões e instituições políticas, no que respeita ao seu *papel* na história, o materialismo histórico não só não nega como, pelo contrário, sublinha o seu grande papel e significado na vida social, na história da sociedade.

Mas as ideias e teorias sociais não todas iguais. Há velhas ideias e teorias ultrapassadas que servem os interesses das forças sociais obsoletas. A sua importância consiste no facto de travarem o desenvolvimento da sociedade, a sua marcha progressiva. Há ideias novas e teorias avançadas que servem os interesses das forças de vanguarda da sociedade. A sua importância consiste no facto de facilitarem o desenvolvimento da sociedade, o seu progresso, sendo tanto maior a sua importância quanto maior for a fidelidade com que reflectem as necessidades do desenvolvimento da vida material da sociedade.

As ideias e teorias sociais novas surgem unicamente depois de o desenvolvimento da vida material ter colocado novas tarefas perante a sociedade. Mas uma vez surgidas, elas tornam-se na força mais importante que facilita a resolução das novas tarefas colocadas pelo desenvolvimento da vida material da sociedade e o seu progresso. É precisamente aqui que se manifesta a formidável importância organizadora, mobilizadora e transformadora das novas ideias e teorias, das opiniões e instituições políticas novas. Na realidade, as novas ideias e teorias sociais surgem porque são necessárias à sociedade, porque sem a sua acção organizadora, mobilizadora e transformadora é *impossível* a resolução das tarefas prementes do desenvolvimento da vida material da sociedade. Surgindo na base das novas tarefas colocadas pelo desenvolvimento da vida material da sociedade, as novas ideias e teorias sociais abrem caminho, tornam-se património das massas populares, mobilizam-nas e organizam-nas contra as forças obsoletas da sociedade, e facilitam deste modo

o derrube das forças caducas que travam o desenvolvimento da vida material da sociedade.

É assim que as ideias e teorias sociais e as instituições políticas surgidas na base das tarefas candentes do desenvolvimento da vida material da sociedade, do desenvolvimento do ser social, agem depois elas próprias sobre o ser social, sobre a vida material da sociedade, criando as condições necessárias para levar a cabo a resolução das tarefas prementes da vida material da sociedade e tornar possível o seu subsequente desenvolvimento.

A este propósito Marx afirmou:

*«A teoria transforma-se em força material logo que penetra nas massas».*²⁸

Isto significa que para ter a possibilidade de agir sobre as condições da vida material da sociedade e acelerar o seu desenvolvimento, o partido do proletariado deve apoiar-se numa teoria social, numa ideia social que reflecta correctamente as necessidades do desenvolvimento da vida material da sociedade, e que, em função disso, seja capaz de pôr em movimento as amplas massas populares, de mobilizá-las e organizá-las no grande exército do partido proletário, pronto para derrotar as forças reaccionárias e abrir caminho às forças de vanguarda da sociedade.

A decadência dos «*economistas*» e dos mencheviques explica-se, entre outras razões, pelo facto de não reconhecerem o papel mobilizador, organizador e transformador da teoria de vanguarda, da ideia de vanguarda, de reduzirem o seu papel quase a zero, caindo no materialismo vulgar. Em consequência condenaram o partido à passividade, a um estado vegetativo.

A força e a vitalidade do marxismo-leninismo assentam no facto de que ele se apoia numa teoria de vanguarda, que reflecte correctamente as necessidades do desenvolvimento da vida material da sociedade, coloca a teoria à devida altura e considera seu dever utilizar a fundo a sua força mobilizadora, organizadora e transformadora.

É desta forma que o materialismo histórico resolve a questão das relações entre o ser social e a consciência social, entre as condições do desenvolvimento da vida material e o desenvolvimento da vida espiritual da sociedade.

3. *O materialismo histórico*

Resta ainda uma questão por esclarecer: o que se deve entender, do ponto de vista do materialismo histórico, por «*condições materiais de vida da sociedade*» que, em última instância, determinam a fisionomia da sociedade, as suas ideias, as suas concepções, instituições políticas, etc.?

O que são em concreto as «*condições materiais de vida da sociedade*», quais os seus traços distintivos?

²⁸ Karl Marx, *Para a Crítica da Filosofia do Direito de Hegel*, prefácio, Marx e Engels, *Obras*, ed. cit., Moscovo, 1955, t. 1, p. 422. (N. Ed.)

Não há dúvida de que na noção de «*condições materiais de vida da sociedade*» se inclui, em primeiro lugar, a natureza circundante à sociedade, o meio geográfico, que é uma das condições necessárias e constantes da vida material da sociedade e que, naturalmente, influi no seu desenvolvimento. Qual é o papel do meio geográfico no desenvolvimento da sociedade? Constituirá o meio geográfico a principal força que determina a fisionomia da sociedade, o carácter do regime social dos homens, a passagem de um regime a outro?

A esta pergunta o materialismo histórico responde negativamente.

O meio geográfico é indiscutivelmente uma das condições constantes e necessárias do desenvolvimento da sociedade e influencia-o, naturalmente, acelerando-o ou retardando-o. Porém, a sua influência não é *determinante*, uma vez que as mudanças e o desenvolvimento da sociedade se operam com uma rapidez incomparavelmente maior do que as mudanças e desenvolvimento do meio geográfico. No decurso de três mil anos, na Europa sucederem-se três regimes sociais: o comunismo primitivo, o escravagismo e o regime feudal, e no Leste da Europa, na URSS, sucederam-se quatro. Ora durante este período as condições geográficas da Europa não sofreram qualquer mudança ou se sofreram foi tão insignificante que a geografia nem sequer o regista. O que é natural. É preciso milhões de anos para que se operem mudanças significativas no meio geográfico, enquanto mesmo para mudanças maiores no regime social humano bastam algumas centenas ou um par de milhares de anos.

Daqui decorre que o meio geográfico não pode ser a causa fundamental, *determinante*, do desenvolvimento social, uma vez que aquilo que permanece quase imutável durante dezenas de milhares de anos não pode ser a causa principal do desenvolvimento do que sofre mudanças radicais no espaço de algumas centenas de anos.

Seguidamente, é certo que o crescimento da população, a sua maior ou menor densidade, faz também parte da noção de «*condições materiais de vida da sociedade*», uma vez que as pessoas são um elemento necessário das condições materiais de vida da sociedade e que sem um determinado número mínimo de indivíduos não existe qualquer vida material da sociedade. Constituirá o crescimento da população a força principal que determina o carácter do regime social dos homens?

A esta pergunta o materialismo histórico responde também negativamente.

O crescimento da população influi, naturalmente, no desenvolvimento da sociedade, facilitando-o ou retardando-o, mas não pode ser a força principal do desenvolvimento social, e a influência que exerce sobre ele não pode ser *determinante*, uma vez que, por si só, o crescimento da população não nos fornece a chave para explicar a razão por que dado regime social é substituído por precisamente tal novo regime e não por outro qualquer, a razão por que o regime de comunismo primitivo foi substituído precisamente pelo regime escravagista, o escravagista pelo regime feudal e este pelo burguês, e não por quaisquer outros.

Se o crescimento da população fosse a força determinante do desenvolvimento social, uma maior densidade populacional teria obrigatoriamente que engendrar um tipo correspondente de regime social mais elevado. Na realidade, porém, não é isso que se observa. A densidade populacional da China é quatro vezes superior à dos EUA, no entanto, do ponto de vista do desenvolvimento social, os EUA estão num nível superior ao da China, uma vez que neste último país ainda predomina o feudalismo, enquanto o primeiro já atingiu a fase superior de desenvolvimento do

capitalismo. A densidade da população da Bélgica é 19 vezes maior do que a dos EUA e 26 vezes maior do que a da URSS. No entanto, os Estados Unidos estão num nível mais elevado do que a Bélgica, no que respeita ao seu desenvolvimento social, enquanto a Bélgica leva toda uma época histórica de atraso em relação à URSS, já que, enquanto o regime capitalista domina na Bélgica, a URSS já liquidou o capitalismo e instaurou o regime socialista.

Daqui decorre que o crescimento da população não é nem pode ser a força principal do desenvolvimento da sociedade, a força que *determina* o carácter do regime social, a fisionomia da sociedade.

a) Qual é então a força principal no sistema das condições materiais de vida da sociedade que determina a fisionomia da sociedade, o carácter do regime social, o desenvolvimento da sociedade de um regime social para outro?

O materialismo histórico considera que tal força é o *modo de obtenção dos meios de existência* necessários à vida das pessoas, o *modo de produção dos bens materiais*, dos alimentos, do vestuário, do calçado, da habitação, dos combustíveis, dos instrumentos de produção, etc., necessários para que a sociedade possa viver e desenvolver-se.

Para viver é preciso ter alimentos, vestuário, calçado, habitação, combustíveis, etc. Para obter estes bens materiais é preciso produzi-los, mas para os produzir é preciso possuir instrumentos de produção, com a ajuda dos quais as pessoas produzem os alimentos, o vestuário, o calçado, a habitação, etc., sendo igualmente necessário produzir estes instrumentos e saber utilizá-los.

Os *instrumentos de produção*, com a ajuda dos quais são produzidos os bens materiais, e as *pessoas*, que operam estes instrumentos e realizam a produção dos bens materiais graças a uma *determinada experiência de produção e hábitos de trabalho*, todos estes elementos em conjunto constituem as *forças produtivas* da sociedade.

Mas as forças produtivas constituem apenas um dos aspectos da produção, um dos aspectos do modo de produção, que exprime a relação das pessoas com os objectos e as forças da natureza utilizados para a produção dos bens materiais. O outro aspecto da produção, o outro aspecto do modo de produção, são as relações das pessoas entre si no processo da produção, as *relações de produção* das pessoas. A luta das pessoas com a natureza, a qual utilizam para produzir bens materiais, não é travada isoladamente, separadamente umas das outras, mas em conjunto, em grupos, em sociedades. Por isso a produção é sempre, em todas as condições, uma produção *social*. Na produção de bens materiais, as pessoas estabelecem entre si estas ou aquelas relações recíprocas, estas ou aquelas relações de produção. Estas relações podem ser de cooperação e de ajuda mútua entre homens livres de qualquer exploração, podem ser relações de dominação e subordinação ou podem ser, por último, relações de transição de uma para outra forma de relações de produção. Porém, qualquer que seja o carácter das relações de produção, elas constituem sempre e em todos os regimes um elemento da produção tão necessário como as próprias forças produtivas da sociedade.

«Na produção», afirma Marx, «os homens não actuam só sobre a natureza mas também uns sobre os outros. Produzem apenas actuando conjuntamente dum modo determinado e trocando as suas actividades

umas pelas outras. Para produzirem entram em determinadas ligações e relações uns com os outros, e só no seio destas ligações e relações sociais se efectua a sua acção sobre a natureza, se efectua a produção.»²⁹

Consequentemente, a produção, o modo de produção, abarca tanto as forças produtivas da sociedade como as relações de produção entre as pessoas, constituindo assim a materialização da sua unidade no processo da produção de bens materiais.

b) A *primeira especificidade* da produção consiste no facto de nunca ficar durante um longo período no mesmo ponto, e de se encontrar em estado de permanente mudança e desenvolvimento, sendo que estas mudanças no modo de produção provocam inevitavelmente a mudança de todo o regime social, das ideias sociais, das opiniões e instituições políticas, provocam a reorganização de todo o sistema político e social. Nos diferentes degraus do desenvolvimento, as pessoas utilizam diferentes modos de produção ou, em termos grosseiros, levam diferentes tipos de vida. O regime comunitário primitivo tinha o seu modo de produção, o escravagismo tinha outro, o feudalismo – um terceiro, e assim por diante. Nesta conformidade também o regime social, as pessoas, a sua vida espiritual, as suas opiniões e instituições políticas são diferentes.

Tal o modo de produção de uma sociedade, tal é no essencial a própria sociedade, tais são as suas ideias e teorias, as suas opiniões e instituições políticas.

Ou, em termos grosseiros, tal o modo de vida das pessoas, tal é o seu modo de pensar.

Isto significa que a história do desenvolvimento da sociedade é, antes de mais, a história do desenvolvimento da produção, a história dos modos de produção que se sucederam uns aos outros ao longo dos séculos, a história do desenvolvimento das forças produtivas e das relações de produção entre as pessoas.

Quer dizer que a história do desenvolvimento social é ao mesmo tempo a história dos próprios produtores de bens materiais, a história das massas trabalhadoras, que são as forças principais do processo de produção e as que efectuam a produção dos bens materiais necessários à existência da sociedade.

Quer dizer que a ciência histórica, se pretende ser uma verdadeira ciência, não pode mais reduzir a história do desenvolvimento social aos actos dos reis e chefes militares, aos actos dos «conquistadores» e «usurpadores» dos estados, mas deve, antes de mais, ocupar-se da história das massas trabalhadoras, da história dos povos.

Quer dizer que a chave para o estudo das leis da história da sociedade deve ser procurada, não na mente das pessoas, nas opiniões e ideias da sociedade, mas no modo de produção praticado pela sociedade em cada período histórico, na economia da sociedade.

Quer dizer que a tarefa primordial da ciência histórica é o estudo e a descoberta das leis da produção, das leis do desenvolvimento das forças produtivas e das relações de produção, das leis do desenvolvimento económico da sociedade.

²⁹ Karl Marx, *Trabalho Assalariado e Capital*, Marx e Engels, *Obras Escolhidas* em três tomos, ed. cit., t. I, p. 161. (N. Ed.)

Quer dizer que o partido do proletariado, se pretende ser um verdadeiro partido, deve dominar, antes de mais, o conhecimento das leis do desenvolvimento da produção, as leis do desenvolvimento económico da sociedade.

Quer dizer que para não errar em política o partido do proletariado, na construção do seu programa e na sua acção prática, deve basear-se, antes de tudo, nas leis do desenvolvimento da produção, nas leis do desenvolvimento económico da sociedade.

c) A *segunda especificidade* da produção consiste no facto de as suas mudanças e o seu desenvolvimento se iniciarem sempre a partir das mudanças e do desenvolvimento das forças produtivas, antes de mais, das mudanças e do desenvolvimento dos instrumentos de produção. As forças produtivas constituem, portanto, o elemento mais dinâmico e mais revolucionário da produção. Primeiro mudam e desenvolvem-se as forças produtivas da sociedade, depois, *em conformidade* com essas mudanças e em *correspondência com elas*, alteram-se as relações de produção das pessoas, as suas relações económicas. Isto não significa no entanto que as relações de produção não influenciam o desenvolvimento das forças produtivas, e que as últimas não dependem das primeiras. Desenvolvendo-se consoante o desenvolvimento das forças produtivas, as relações de produção actuam por sua vez sobre o desenvolvimento das forças produtivas, acelerando-o ou retardando-o. A este respeito deve salientar-se que as relações de produção não podem permanecer atrasadas durante demasiado tempo face ao crescimento das forças produtivas e em contradição com estas, uma vez que as forças produtivas só podem desenvolver-se plenamente caso as relações de produção correspondam ao carácter e estado das forças produtivas e lhes abram espaço para o seu desenvolvimento. Por isso, por muito que estejam atrasadas face ao desenvolvimento das forças produtivas, as relações de produção, mais cedo ou mais tarde, têm de alcançar uma conformidade, e efectivamente alcançam-na, com o nível de desenvolvimento das forças produtivas, com o carácter das forças produtivas. Em caso contrário assistiríamos a uma ruptura radical da unidade das forças produtivas e das relações de produção no sistema de produção, a uma disrupção no conjunto da produção, a uma crise de produção e à destruição das forças produtivas.

As crises económicas nos países capitalistas – onde a propriedade privada capitalista sobre os meios de produção está em gritante discordância com o carácter social do processo de produção, com o carácter das forças produtivas – constituem um exemplo do conflito provocado pela desconformidade das relações de produção com o carácter das forças produtivas. As crises económicas, que conduzem à destruição das forças produtivas, resultam desta desconformidade, sendo que esta desconformidade constitui ela própria a base económica da revolução social, cujo objectivo é destruir as relações de produção existentes e criar novas, correspondentes ao carácter das forças produtivas.

Inversamente, a economia socialista da URSS – onde a propriedade social sobre os meios de produção corresponde inteiramente ao carácter social do processo da produção e onde, por esta razão, não há crises económicas nem destruição das forças produtivas – constitui um exemplo da conformidade total entre as relações de produção e o carácter das forças produtivas.

Por conseguinte, as forças produtivas não constituem apenas o elemento mais dinâmico e mais revolucionário da produção. Elas são também o elemento determinante do desenvolvimento da produção.

Tais as forças produtivas, tais devem ser as relações de produção.

Se o estado das forças produtivas nos indica quais os instrumentos de produção com que as pessoas produzem os bens materiais de que necessitam, o estado das relações de produção mostra-nos quem detém os *meios de produção* (a terra, as florestas, a água, o subsolo, as matérias primas, os instrumentos de produção, os edifícios de produção, os meios de transporte e de comunicação, etc.), à disposição de quem estes se encontram: à disposição de toda a sociedade ou à disposição de indivíduos particulares, de grupos ou classes, que os utilizam para explorar outros indivíduos, grupos ou classes?

Eis o quadro esquemático do desenvolvimento das forças produtivas desde os tempos remotos até aos nossos dias: passagem dos instrumentos grosseiros de pedra ao arco e à flecha e, relacionado com isto, a passagem da caça à domesticação de animais e à pecuária primitiva; passagem dos instrumentos de pedra aos instrumentos de metal (machado de ferro, arado com relha de ferro, etc.) e, em conformidade com isto, passagem ao cultivo das plantas e à agricultura; aperfeiçoamento dos instrumentos de metal para a laboração de materiais, surgimento da forja de fole e da olaria e, em conformidade com isto, o desenvolvimento do artesanato, a separação do artesanato da agricultura, o desenvolvimento da produção artesanal e depois da manufactura; passagem dos instrumentos de produção artesanal à máquina e transformação da produção artesanal-manufactureira em indústria mecanizada; passagem ao sistema de máquinas e surgimento da grande indústria mecanizada moderna. Este é em traços muito gerais o quadro do desenvolvimento das forças produtivas sociais ao longo da história da humanidade. Naturalmente que o desenvolvimento e aperfeiçoamento dos instrumentos de produção foram efectuados pelas pessoas ligadas à produção e não independentemente destas. Consequentemente, juntamente com os instrumentos de produção, também mudam e se desenvolvem as pessoas – elemento essencial das forças produtivas –, a sua experiência de produção, os seus hábitos de trabalho, a sua perícia na utilização dos instrumentos de produção.

Em correspondência com as mudanças e o desenvolvimento das forças produtivas da sociedade ao longo da história, alteraram-se e desenvolveram-se também as relações de produção entre os homens, as suas relações económicas.

A história conhece cinco tipos *fundamentais* de relações de produção: o comunismo primitivo, o escravagismo, o feudalismo, o capitalismo e o socialismo.

No sistema do comunismo primitivo a base das relações de produção é a propriedade social dos meios de produção, o que corresponde, no fundamental, ao carácter das forças produtivas neste período. Os utensílios de pedra, bem como o arco e a flecha surgidos mais tarde, não permitiam que os indivíduos lutassem isoladamente contra as forças da natureza e os predadores. Para recolher frutos nas florestas, para pescar nos rios, para construir qualquer tipo de habitação, as pessoas eram obrigadas a trabalhar em conjunto, sob pena de morrerem de fome ou se tornarem vítimas de predadores ou de tribos vizinhas. O trabalho em conjunto conduz à propriedade comum dos meios de produção bem como dos produtos. Aqui não existe ainda a noção de propriedade privada dos meios de produção, se não considerarmos a propriedade pessoal de certos utensílios de produção que eram simultanea-

mente armas de defesa contra os predadores. Aqui não há exploração, não há classes.

No sistema escravagista a base das relações de produção é a propriedade do escravagista tanto sobre os meios de produção como sobre os próprios trabalhadores – os escravos, que podem ser vendidos, comprados ou abatidos como gado. Estas relações de produção correspondem, no fundamental, ao estado das forças produtivas neste período. Em vez de utensílios de pedra, agora os indivíduos já dispõem de instrumentos de metal, em vez da elementar economia primitiva de caça, que desconhecia a pecuária ou a agricultura, surge a pecuária, a agricultura, o artesanato e a divisão do trabalho entre estes ramos da produção, surge a possibilidade de trocar produtos entre indivíduos e sociedades, a possibilidade de acumular riqueza nas mãos de uns poucos, a acumulação efectiva dos meios de produção nas mãos de uma minoria, a possibilidade de submeter a maioria à minoria e a transformação dos membros da maioria em escravos. Aqui já não existe o trabalho conjunto e livre de todos os membros da sociedade no processo de produção – aqui impera o trabalho forçado dos escravos explorados pelos escravagistas ociosos. Por isso não há também propriedade social dos meios de produção nem dos produtos. Esta foi substituída pela propriedade privada. O escravagista é o primeiro e principal proprietário verdadeiramente genuíno.

Ricos e pobres, exploradores e explorados, uns com todos os direitos e outros privados de direitos, uma cruel luta de classes entre eles – tal é o quadro do regime escravagista.

No sistema feudal a base das relações de produção é a propriedade do senhor feudal sobre os meios de produção e a sua propriedade parcial sobre os trabalhadores – os servos, que o senhor feudal já não pode matar, mas pode vender e comprar. A par da propriedade feudal existe a propriedade individual do camponês e do artesão sobre os instrumentos de produção e sobre a sua economia particular baseada no trabalho pessoal. Estas relações de produção correspondem, no fundamental, ao estado das forças produtivas neste período. O aperfeiçoamento da fundição e laboração do ferro, a generalização do arado de ferro e do tear, o desenvolvimento da agricultura, da horticultura, da vinicultura e da olivicultura, o surgimento das primeiras manufacturas ao lado das oficinas artesanais – são estes os traços característicos do estado das forças produtivas.

As novas forças produtivas exigem que o trabalhador revele alguma iniciativa na produção, pendor e interesse pelo trabalho. Por isso o senhor feudal renuncia aos escravos, que não têm interesse no trabalho nem revelam qualquer iniciativa, e prefere lidar com servos que possuem a sua própria exploração, instrumentos de trabalho e têm algum interesse no trabalho, indispensável para laborar a terra e pagar o tributo ao senhor com uma parte da sua colheita.

Aqui a propriedade privada regista um novo desenvolvimento. A exploração é quase tão cruel como no escravismo, apenas ligeiramente atenuada. A luta de classes entre exploradores e explorados é o traço fundamental do sistema feudal.

No sistema capitalista a base das relações de produção é a propriedade capitalista sobre os meios de produção, já sem propriedade sobre os produtores – os operários assalariados, que o capitalista não pode nem matar nem vender, uma vez que estão livres da dependência pessoal, mas, não dispendo de meios de produção, são obrigados a vender a sua força de trabalho ao capitalista e a envergar a canga da exploração para não morrerem de fome. A par da propriedade capitalista sobre os

meios de produção existe também, e de forma amplamente generalizada nos primeiros tempos, a propriedade privada dos camponeses e artesãos libertados da servidão sobre os meios de produção, baseada no trabalho individual. No lugar das oficinas artesanais e das manufacturas surgem enormes fábricas e empresas, equipadas com máquinas. No lugar dos domínios senhoriais, que eram explorados com os utensílios primitivos dos camponeses, surgem grandes explorações agrícolas capitalistas, geridas segundo as técnicas da agronomia e providas de maquinaria agrícola.

As novas forças produtivas exigem trabalhadores mais cultos e inteligentes do que os embrutecidos e obscuros servos, capazes de compreender a máquina e operá-la correctamente. Por isso os capitalistas preferem lidar com operários assalariados livres dos laços da servidão e suficientemente cultos para operar com máquinas.

Mas ao desenvolver as forças produtivas em dimensões colossais, o capitalismo enredou-se em contradições que não pode resolver. Produzindo cada vez mais mercadorias e reduzindo cada vez mais os preços, o capitalismo agrava a concorrência, arruína a massa dos pequenos e médios proprietários, converte-os em proletários e diminui-lhes o poder de compra, razão pela qual o escoamento das mercadorias produzidas se torna impossível. Com o alargamento da produção e a concentração de milhões de operários em enormes fábricas e empresas, o capitalismo confere um carácter social ao processo de produção e, desse modo, socava a sua própria base, uma vez que o carácter social do processo de produção exige a propriedade social dos meios de produção, num momento em que estes permanecem sob a propriedade privada capitalista, incompatível com o carácter social do processo de produção.

Estas contradições insanáveis entre o carácter das forças produtivas e as relações de produção manifestam-se nas crises cíclicas de sobreprodução, quando os capitalistas, não encontrando uma procura solvente devido ao empobrecimento das massas populares provocado por eles próprios, se vêem obrigados a queimar alimentos, eliminar mercadorias acabadas, suspender a produção e destruir forças produtivas, quando milhões de pessoas são obrigadas a suportar o desemprego e a fome não porque falem mercadorias, mas porque foram produzidas em excesso.

Isto quer dizer que as relações de produção capitalistas já não correspondem ao estado das forças produtivas da sociedade e entraram em contradição irreconciliável com elas.

Isto quer dizer que o capitalismo está prenhe da revolução, chamada a substituir a actual propriedade capitalista dos meios de produção pela propriedade socialista.

Isto quer dizer que a luta de classes agudizada entre explorados e exploradores é o traço fundamental do sistema capitalista.

No sistema socialista, que por enquanto só foi realizado na URSS, a base das relações de produção é a propriedade social dos meios de produção. Aqui já não há exploradores nem explorados. Os resultados da produção são distribuídos de acordo com o trabalho, segundo o princípio de *«quem não trabalha não come»*. As relações entre os indivíduos no processo de produção caracterizam-se aqui como relações de cooperação fraternal e de ajuda mútua socialista entre trabalhadores livres da exploração. As relações de produção estão em inteira conformidade com o estado das forças produtivas, uma vez que o carácter social do processo de produção é reforçado pela propriedade social dos meios de produção.

Por isso a produção socialista da URSS não conhece as crises cíclicas de sobreprodução e todos os seus absurdos.

Por isso as forças produtivas desenvolvem-se aqui num ritmo acelerado, uma vez que as relações de produção que lhes correspondem abrem-lhes campo para esse desenvolvimento.

É este o quadro do desenvolvimento das relações de produção entre os homens no curso da história da Humanidade.

É esta a dependência do desenvolvimento das relações de produção do desenvolvimento das forças produtivas da sociedade, e antes de mais do desenvolvimento dos instrumentos de produção, por força do qual as mudanças e o desenvolvimento das forças produtivas conduzem, mais cedo ou mais tarde, à correspondente alteração e desenvolvimento das relações de produção.

«O uso e a criação de meios de trabalho»³⁰ – afirma Marx – «apesar de em germe ser já próprio de certas espécies animais, caracterizam o processo de trabalho especificamente humano, e Franklin define o homem como “a toolmaking animal”, um animal que fabrica instrumentos. A mesma importância que tem a estrutura dos vestígios de ossos para o conhecimento da organização de géneros animais extintos, têm os vestígios de meios de trabalho para o ajuizamento de formações económicas da sociedade extintas. O que distingue as épocas económicas não é o que é feito, mas como, com que meios de trabalho é feito (...) Os meios de trabalho não são apenas medidores do grau de desenvolvimento da força de trabalho humana, mas também indicadores das relações sociais em que se trabalha.»³¹

E noutras passagens:

a) *«As relações sociais estão intimamente ligadas às forças produtivas. Ao adquirirem novas forças produtivas, os homens mudam o seu modo de produção, e ao mudarem o modo de produção, a maneira de ganharem a vida, eles mudam todas as suas relações sociais. O moinho-a-braços dar-vos-á a sociedade com o suserano; o moinho a vapor, a sociedade com o capitalismo industrial.»³²*

b) *«Existe um movimento contínuo de crescimento nas forças produtivas, de destruição nas relações sociais, de formação nas ideias; de imutável só há a abstracção do movimento.»³³*

³⁰ A noção de «meios de trabalho» corresponde em geral à noção de instrumentos de produção. (Nota da edição soviética).

³¹ Karl Marx, *O Capital*, Livro Primeiro, t. I, Edições «Avante!», Lisboa, 1990, p. 208. (N. Ed.)

³² Karl Marx, *Miséria da Filosofia, Resposta à Filosofia da Miséria de Proudhon*, publicado em francês, em Paris e Bruxelas, em 1947, *Editions Sociales*, 1968, versão electrónica (www.marxists.org), p. 46. (N. Ed.)

³³ Idem, *ibidem*, pág. 46. (N. Ed.)

Caracterizando o materialismo histórico formulado no *Manifesto do Partido Comunista*, Engels assinala:

«(...) A produção económica, e a estrutura social dela necessariamente decorrente, de qualquer época histórica constitui a base da história política e intelectual dessa época; (...) conseqüentemente, toda a história (desde a dissolução da posse comunitária primordial das terras) tem sido uma história de lutas de classes, lutas entre classes exploradas e exploradoras, dominadas e dominantes, em diferentes etapas do desenvolvimento social (...) esta luta, porém, atingiu agora uma etapa em que a classe explorada e oprimida (o proletariado) já não se pode libertar da classe exploradora e opressora (a burguesia) sem ao mesmo tempo libertar para sempre toda a sociedade da exploração, da opressão e das lutas de classes (...).»³⁴

d) A *terceira especificidade* da produção consiste em que o aparecimento das novas forças produtivas e das novas relações de produção que lhes correspondem não decorre à margem do velho regime, depois do seu desaparecimento, mas no interior do antigo sistema, não como resultado da acção premeditada, consciente, das pessoas, mas de modo espontâneo, inconsciente, independente da sua vontade. Isto acontece deste modo por duas razões.

Em primeiro lugar porque as pessoas não são livres de escolher este ou aquele modo de produção, uma vez que cada nova geração, ao iniciar a vida, depara-se com forças produtivas e relações de produção já estabelecidas, resultantes do trabalho das gerações anteriores, razão pela qual é obrigada inicialmente a aceitar tudo o que encontra definido no domínio da produção e a adaptar-se a isso para poder produzir bens materiais.

Em segundo lugar porque ao aperfeiçoarem tal ou tal instrumento de produção, tal ou tal elemento das forças produtivas, as pessoas não têm consciência, não se apercebem nem imaginam os resultados *sociais* que essas melhorias irão produzir, mas pensam somente nos seus interesses quotidianos, na forma de facilitar o seu trabalho e obter para si um qualquer benefício imediato e palpável.

Quando os primeiros indivíduos da sociedade comunitária primitiva, pouco a pouco e às apalpadelas, passaram dos utensílios de pedra aos utensílios de ferro não sabiam nem imaginavam, naturalmente, os resultados *sociais* que esta inovação teria, não compreendiam nem tinham consciência de que a passagem para os utensílios em metal significava uma revolução na produção que conduziria finalmente ao regime escravagista. Queriam simplesmente facilitar o seu trabalho e obter um proveito imediato e sensível – a sua actividade consciente estava limitada ao quadro estreito deste benefício pessoal quotidiano.

Quando no período do regime feudal a jovem burguesia europeia, ao lado das pequenas oficinas artesanais, começou a construir as grandes manufacturas, fazendo desse modo avançar as forças produtivas da sociedade, não sabia nem imaginava, naturalmente, as conseqüências *sociais* que teria essa inovação, não tinha consciência nem compreendia que essa «pequena» inovação conduziria a uma tal

³⁴ *Manifesto do Partido Comunista*, prefácio de F. Engels à edição alemã de 1883, Marx e Engels, *Obras Escolhidas* em três tomos, ed. cit., t. I, pp. 98-99. (N. Ed.)

rearrumação das forças sociais que necessariamente culminaria na revolução, tanto contra o poder da realeza, cuja graça tinha em alta estima, como contra a nobreza, para a qual sonhavam frequentemente entrar os seus melhores representantes. Ela queria simplesmente diminuir o custo da produção de mercadorias, colocar maior número de produtos nos mercados da Ásia e da recém-descoberta América, e obter maiores lucros – a sua actividade consciente estava limitada ao quadro estreito desta prática quotidiana.

Quando os capitalistas russos, juntamente com os capitalistas estrangeiros, instalaram intensivamente na Rússia a grande indústria mecanizada moderna, deixando o tsarismo intacto e os camponeses à mercê dos latifundiários, não sabiam nem imaginavam, naturalmente, as consequências sociais que teria este importante aumento das forças produtivas, não tinham consciência nem compreendiam que este salto considerável das forças produtivas da sociedade conduziria a uma tal rearrumação das forças sociais que daria ao proletariado a possibilidade de se unir aos camponeses e fazer triunfar a revolução socialista. Eles queriam simplesmente alargar ao máximo a produção industrial, dominar o imenso mercado interno do país, monopolizar a produção e obter mais lucros da economia nacional – a sua actividade consciente não ia além dos seus estreitos interesses práticos quotidianos.

Em relação a isto, Marx observa:

«(...) Na produção social da sua vida os homens entram em determinadas relações, necessárias, independentes da sua vontade, relações de produção que correspondem a uma determinada etapa de desenvolvimento das suas forças produtivas materiais.»³⁵

Isto não significa, no entanto, que a alteração das relações de produção, e a passagem das velhas relações de produção para novas, se processa suavemente, sem conflitos, sem convulsões. Pelo contrário, esta passagem opera-se habitualmente por via do derrubamento revolucionário das velhas relações de produção e da instauração de novas. Até dada altura, o desenvolvimento das forças produtivas e as alterações no domínio das relações de produção decorrem de um modo espontâneo, independente da vontade dos homens. Mas isto acontece só até um determinado momento, até ao momento em que as forças produtivas surgidas e em desenvolvimento atingem o devido grau de amadurecimento. Assim que as forças produtivas amadurecem, as relações de produção existentes e as classes dominantes que as representam transformam-se num obstáculo *«inultrapassável»*, que não pode ser removido do caminho senão mediante a actividade consciente das novas classes, pela acção violenta destas classes, pela via da revolução. É então que se manifesta com especial evidência o enorme papel das novas ideias sociais, das novas instituições políticas e do novo poder político, chamados a suprimir pela força as velhas relações de produção. Na base do conflito entre as novas forças produtivas e as velhas relações de produção, na base das novas necessidades económicas da sociedade surgem novas ideias sociais. As novas ideias organizam e mobilizam as massas, as massas juntam-se num novo exército político, formam um novo poder revolucionário e utilizam-no para abolir pela força as velhas regras no domínio das relações

³⁵ Karl Marx, *Para a Crítica da Economia Política, prefácio*, op. cit., p. 530. (N. Ed.)

de produção e estabelecer novas regras. O processo espontâneo de desenvolvimento dá lugar à actividade consciente das pessoas, o desenvolvimento pacífico, à convulsão violenta, a evolução – à revolução.

«(...) *O proletariado*» – afirma Marx – «*na luta contra a burguesia necessariamente se unifica em classe, por uma revolução se faz classe dominante e como classe dominante suprime pela força as velhas relações de produção*». ³⁶

E noutras passagens:

«*O proletariado usará o seu domínio político para ir arrancando todo o capital das mãos burguesia, para centralizar todos os instrumentos de produção nas mãos do Estado, isto é, do proletariado organizado como classe dominante, e para aumentar o mais rapidamente possível a massa das forças de produção.*» ³⁷

«*A violência é a parteira de toda a velha sociedade que está grávida de uma nova.*» ³⁸

E eis a definição genial da essência do materialismo histórico feita por Marx em 1859, no histórico *Prefácio* ao seu célebre livro *Para a Crítica da Economia Política*:

«*Na produção social da sua vida os homens entram em determinadas relações, necessárias, independentes da sua vontade, relações de produção que correspondem a uma determinada etapa de desenvolvimento das suas forças produtivas materiais. A totalidade destas relações de produção forma a estrutura económica da sociedade, a base real sobre a qual se ergue a superestrutura jurídica e política, e à qual correspondem determinadas formas de consciência social. O modo de produção da vida material é que condiciona o processo da vida social, política e espiritual. Não é a consciência do homem que determina o seu ser, mas, inversamente, o seu ser social que determina a sua consciência. Numa certa etapa do seu desenvolvimento, as forças produtivas materiais da sociedade entram em contradição com as relações de produção existentes ou, o que é apenas uma expressão jurídica delas, com as relações de propriedade no seio das quais se tinham até aí movido. De formas de desenvolvimento das forças produtivas, estas relações transformam-se em grilhões das mesmas. Ocorre então uma época de revolução social. Com a transformação do fundamento económico revoluciona-se, mais devagar ou mais depressa, toda a imensa superestrutura. Na consideração de tais revolucionamentos tem de se dis-*

³⁶ *Manifesto do Partido Comunista*, op. cit., p. 125. (N. Ed.)

³⁷ *Idem*, *ibidem*, p. 124. (N. Ed.)

³⁸ Karl Marx, *O Capital*, capítulo 24, Livro Primeiro, Tomo III, ed. cit., Lisboa, 1997, p. 848. (N. Ed.)

tinguir sempre entre o revolucionamento material nas condições econômicas de produção, o qual é constatável rigorosamente como nas ciências naturais, e as formas jurídicas, políticas, religiosas, artísticas ou filosóficas, em suma, ideológicas, em que os homens ganham consciência deste conflito e o resolvem. Do mesmo modo que não se julga o que o indivíduo é pelo que ele imagina de si próprio, tão-pouco se pode julgar uma tal época de revolucionamento a partir da sua consciência, mas se tem, isso sim, de explicar esta consciência a partir das contradições da vida material, do conflito existente entre as forças produtivas e as relações de produção sociais. Uma formação social nunca decai antes estarem desenvolvidas todas as forças produtivas para as quais é suficientemente ampla, e nunca surgem relações de produção novas e superiores antes de as condições materiais de existência das mesmas terem sido chocadas no seio da própria sociedade velha. Por isso a humanidade coloca sempre a si mesma apenas as tarefas que pode resolver, pois que, a uma consideração mais rigorosa, se achará sempre que a própria tarefa só aparece onde já existem, ou pelo menos estão no processo de se formar, as condições materiais da sua resolução.»³⁹

Eis o que afirma o materialismo marxista aplicado à vida social, à história da sociedade.

Estes são os traços fundamentais do materialismo dialético e histórico.

Por aqui se vê a riqueza teórica que Lênine defendeu para o partido contra os ataques dos revisionistas e dos degenerados, e a importância da publicação do seu livro *Materialismo e Empiriocriticismo* para o desenvolvimento do partido bolchevique.

³⁹ Karl Marx, *Para a Crítica da Economia Política*, prefácio, op. cit., pp. 530-531. (N. Ed.)